

Por Antonio Penteado Mendonça



Até 10 de junho de 2019, o Brasil contabilizou seiscentos mil casos de dengue confirmados. Os prováveis atingem um milhão, cento e vinte e sete mil, o que quer dizer que o número de casos confirmados deve subir bastante. Apenas a título de comparação, no mesmo período de 2018, o total de casos prováveis chegava a cento e setenta e três mil, número a ser levado a sério, mas que, diante dos números deste ano, fica patético.

O total de mortes causadas pela doença também mais do que dobrou, atingindo trezentos e sessenta e seis, contra cento e trinta e nove no mesmo período do ano passado.

Se lembrarmos que, além da dengue, o mesmo mosquito espalha a febre amarela, a Chikungunya e a Zika, veremos que o quadro de deterioração da nossa capacidade de prevenção de epidemias é muito mais sério do que se imagina e atingiu um patamar inaceitável para uma sociedade dita civilizada.

O impressionante é que os dois estados em que a doença mais tem crescido são, respectivamente, São Paulo e Minas Gerais, duas das unidades mais ricas do Brasil. Se a doença estivesse crescendo na mesma proporção em estados do nordeste, imediatamente alguém diria que era por falta de competência no trato da saúde pública. Mas como São Paulo e Minas Gerais estão na outra ponta, pouco se tem falado sobre o assunto. Aliás, a exceção foi a publicação dos dados acima. Até estes números se tornarem públicos, se sabia que o Brasil atravessava uma situação difícil no combate ao mosquito transmissor da dengue, mas não se tinha ideia de que o número de vítimas era tão alto e que boa parte delas habita o sudeste do país.

Não se pode dizer que o atual governo é o responsável pela deterioração do quadro. Com certeza não é. A situação vem se agravando ano após ano, já faz muito tempo, e não é apenas a dengue e as outras doenças transmitidas pelo “Aedes” que se destacam por estarem fora do controle das autoridades. Toda uma série de outros males, da hanseníase ao sarampo, está acima dos padrões estabelecidos pelas autoridades de saúde internacionais.

No curto prazo, não há muito que se possa fazer, em termos de política de saúde pública, capaz de modificar o cenário atual. Por sorte, nos próximos meses, em função das condições climáticas, o número de mosquitos deve diminuir, levando à consequente redução do número de novos casos de dengue e das outras doenças transmitidas pelo “Aedes aegypti”.

Todavia, a ajuda do clima não pode ser interpretada como sucesso na luta contra as epidemias que grassam pelo país. É só voltar a esquentar para o quadro ficar crítico novamente. A verdade é que o mosquito tem vencido a luta e, conseqüentemente, aumentado sua população, o que tem levado ao aumento da propagação das quatro doenças transmitidas por ele.

Mas os danos causados pelo “Aedes aegypti” estão longe de serem os únicos problemas de saúde

brasileiros. A crise econômica dos últimos anos levou à redução significativa dos recursos destinados à saúde. Vários estados e municípios reduziram suas dotações para o setor e várias unidades federais foram sucateadas ou leiloadas politicamente, sem levar em conta o interesse da população.

Recuperar o que foi perdido é trabalho custoso. Os índices de vacinação têm ficado abaixo dos patamares ideais de imunização. O combate aos mosquitos e outros vetores de doenças também não consegue o sucesso que seria necessário para conter as epidemias ou reverter as endemias que assolam o território nacional. Doenças há muitos anos controladas têm escapado das medidas profiláticas e voltado a crescer.

O adensamento das periferias das grandes cidades, o aumento da miséria, a falta de saneamento básico e água tratada, as sub condições de habitação que se espalham pelo país ajudam a fortalecer os pontos negativos que contribuem direta e indiretamente para o agravamento do quadro.

Repetindo o final de um artigo recentemente publicado pela coluna, ou o Brasil decide que saúde quer pagar e o Governo traça as linhas mestras das políticas necessárias, ou tanto a saúde pública, como os planos privados entrarão em colapso.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 22.07.2019.